



43

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2012

quaresmais na sé do Porto. Como disciplinador, extirpou os abusos, corrigiu os desvios, mormente no que se refere às procissões que muitas vezes decorriam num ambiente de festa profana.

Adélio Fernando de Abreu não se limitou ao itinerário biográfico de D. Américo: entrelaçou o múnus pastoral com o disciplinamento do clero e a forma prudente como o bispo resolveu os conflitos com o Estado e com uma sociedade dessacralizada, não descurando as difíceis relações com a Santa Sé. A prudência foi a palavra que serviu de mote ao bispo na governação da diocese do Porto.

O historiador preocupou-se em mostrar a espiritualidade e o pietismo oitocentista num mundo adverso à Igreja. Esta obra, apoiada por um riquíssimo manancial de fontes, apresenta excelente estrutura, onde a narração dos acontecimentos se cruza com a problematização da actuação do bispo do Porto, o que permite uma leitura fácil e interessante da difícil conjuntura política e religiosa do século XIX, face ao racionalismo e ao jansenismo rigoroso que o antecedem.

Ana Ruas Alves

Doutoranda em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Francisco Pinheiro; João Nuno Coelho, *República, Desporto e Imprensa. O desporto na I República em 100 primeiras páginas, 1910-1926* (Porto, Edições Afrontamento, 2012, 231 pgs.)

Muitas ilustrações, aspecto gráfico cuidado, boa cartonagem em papel de qualidade, o formato de um álbum... Ao olhar-se para esta obra poder-se-ia pensar estarmos perante mais uma publicação de carácter evocativo, elencando efemérides e momentos gloriosos do desporto nacional, nos quais as memórias afectivas se sobrepõem à objectividade dos factos, como tantas que se editam na área da literatura desportiva... Puro engano! Na verdade, trata-se de uma obra vigorosa e que tem na sua base o árduo e espinhoso trabalho de levantamento, de inventariação e de seleção de periódicos que se publicaram durante o período da I República, em Portugal.

Neste campo, os seus autores – um jornalista com formação em história e um sociólogo, ambos partilhando da paixão pela “imprensa e pelo desporto”, como bem assinalou Luís Freitas Lobo no prefácio a esta obra (p. 9) – seguem a pista aberta por anteriores trabalhos conjuntos na temática do periodismo desportivo e que, no caso de Francisco Pinheiro, se consolidou com a

investigação que conduziu à sua dissertação de doutoramento, defendida em 2010, na Universidade de Évora, sobre a *História da imprensa periódica desportiva portuguesa (1875-2000)*, publicada pelas Edições Afrontamento, no ano de 2011.

É no período movimentado da I República, durante o qual o tema do desporto se amplifica na imprensa e se cruza frequentemente com o discurso político, que os autores se centram, tendo selecionado um variado conjunto de primeiras páginas de publicações desportivas, tanto nacionais como regionais. Embora a maioria dos periódicos que figuram nesta obra seja de Lisboa, um número significativo provêm de várias localidades, tanto do continente e ilhas como das colónias. Registam-se, assim, periódicos de Braga, do Porto, de Póvoa do Varzim, de Tomar, de Coimbra, de Évora, da Figueira da Foz, do Funchal, de Setúbal, de Luanda e de Lourenço Marques.

A profusão de periódicos desportivos é bem demonstrativa do dinamismo deste sector da imprensa nos primeiros anos do século XX, a qual se reflete no carácter especializado de algumas das publicações, quer em termos temáticos, quer em termos de públicos-alvo, não deixando sequer de lado o público infantil, para quem será criado, em 1925, o jornal *Os Sportsinhos*, “o primeiro jornal desportivo infantil lançado em Portugal”, como esclarecem os autores deste livro.

A multiplicação de periódicos desportivos ajuda a construir a história do desporto, em Portugal, fornecendo aos estudiosos e a todos os interessados nestas temáticas elementos de trabalho de grande utilidade e um contacto com a rica e diversificada atividade jornalística desportiva de que o nosso país foi palco entre os anos de 1910 e 1926.

Esta obra é também profusamente ilustrada. Porém, as imagens que o preenchem não se limitam a ser ilustrativas mas, pelo contrário, são apreendidas como fontes históricas e apresentadas de uma forma cronológica, imprimindo ao conjunto a forma de uma crónica. Reconstitui-se, assim, através das primeiras páginas, as grandes linhas-gerais da história do desporto, no período considerado, evoluindo-se do momento em que o *sport* (à inglesa), na transição do século XIX para o século XX, era considerado uma forma de lazer marginal e mundano, até à sua generalização e institucionalização já sob a República, invadindo a vida quotidiana e beneficiando do apoio dos *media*.

A abrir o volume um pequeno artigo do jornal *O Sport*, de 23 de Janeiro de 1915, onde se apresentam, de uma forma muito objectiva, as finalidades do desporto, tal como este era entendido no tempo, insistindo-se nas suas vantagens eugénicas, higiénicas, patrióticas e cívicas. “Trabalharemos, única e exclusivamente, pela causa do sport – escreve-se no referido periódico –

convencidos, mais do que antigamente, de que a sua difusão é útil ao país e ao robustecimento da raça portuguesa [...]. Mais à frente, esclarece-se “O sport constitui uma necessidade para o país [...] consideramos um factor imperioso na tarefa de melhorar a gente portuguesa” (p. 7).

A escolha deste artigo da imprensa pelos autores deste livro não foi – segundo creio – arbitrária. Este demonstra, de uma forma expressiva, como os factores políticos e ideológicos marcam o desporto durante a I República, num período de profundas rivalidades e concorrência entre países e ideologias. Ao tempo, o desporto era entendido como um dos meios de combater o que então se chamava a “decadência fisiológica da raça portuguesa”, conceito médico que embora apocalíptico na sua formulação associa à convicção catastrófica do futuro a crença otimista de que a sobrevivência é possível para os indivíduos física e moralmente capazes.

O desporto é investido dessa “missão regeneradora”, senão mesmo dessa “gesta patriótica e cívica”, reconhecendo-se não só a capacidade para assegurar a saúde da população, fundamental para o trabalho e para a guerra, como para proporcionar a interiorização de normas e de valores dominantes. “Disciplina, método, ordem, atenção”, qualidades fundamentais num bom cidadão e num bom soldado, numa Europa onde da ameaça de guerra se passa à sua real concretização, eram aptidões que se adquiriam e desenvolviam com a prática desportiva.

As palavras “raça” – Pela raça” é precisamente o subtítulo do jornal *Sporting*, fundado em Luanda, em 1922 - “cruzada do desporto”, “causa desportiva”, entre outras de teor semelhante (p. 141), tornam-se comuns na linguagem desportiva, servindo inclusive a estratégia republicana. Esta é levada ao rubro com a travessia aérea do Atlântico, em 1922, pelos comandantes Gago Coutinho e Sacadura Cabral. “Pátria de heróis”, a “raça lusíada continua sendo grande entre as maiores do mundo”, escreve-se em alguns das primeiras páginas de jornais a propósito desse acontecimento (p. 139), retomando-se, através da proeza aérea, o esplendor de um passado glorioso de Portugal. Em simultâneo, vai-se estreitando a identificação entre protagonistas desportivos e a representação dos Estados enquanto entidades políticas, ou seja, o desporto é cada vez mais encarado como fenómeno identitário, identificando um país à volta de um ideal de grandiosidade.

A partir da I Grande Guerra, a internacionalização da atividade desportiva e o aumento da sua audiência vão contribuir para destruir o mito do desporto agente pacificador entre povos – ideia cara ao impulsor do Jogos Olímpicos da era moderna, o barão Pierre de Coubertin – uma vez que o 1º grande conflito mundial ajudou, por um lado, a exacerbar os nacionalismos desportivos, e,

por outro, a radicalizar as rivalidades clubísticas, tornando-se os estádios, os campos de jogos ou os ringues, no caso do boxe, que tanta popularidade alcançou no nosso país, dos locais preferidos para a expressão dos sentimentos nacionalistas ou clubísticos/bairristas.

“Pelo Minho e pelo sport, é o nosso grito de hoje, será o nosso grito de amanhã, o nosso grito de sempre” – escreve-se no jornal *Minho Desportivo*, fundado em Braga, em 23 de Março de 1922 (p. 131). As reações nacionalistas passam também pelos títulos da imprensa, se bem que a nação seja aqui uma “pequena pátria”.

Caro também ao republicanismo é o associativismo, sendo este entendido como uma escola da democracia e do espírito cívico. Durante a I República avança-se significativamente na formalização de associações desportivas, lançando-se as bases para o desporto de massas no nosso país, sobretudo no período que os autores deste livro identificam como os anos dourados”: 1924-1926 (p. 170-171). Sem qualquer preocupação de exaustividade, refira-se, entre outras, a criação da *Associação de Futebol de Lisboa*, em 1910; a *União Portuguesa de Futebol*, em 1914, a qual se converteria, em 1926, na Federação Portuguesa de Futebol.

A constituição de associações é uma temática muita abordada nas primeiras páginas selecionadas pelos autores deste livro: tanto se mencionam as especificidades de novas formas associativas, como as tensões internas no seio das estruturas federativas, o culto das vedetas e os mitos das meritocracias associadas aos vencedores, os duelos entre clubes, sobretudo, a divisão Norte-Sul pela via do futebol, as relações com os poderes públicos, a organização de campeonatos como fenómeno mobilizador de adeptos e de praticantes, ou inclusive, bem dentro do espírito republicano do tempo, as “cruzadas de bem fazer”, entregando-se as receitas financeiras de espetáculos desportivos a obras de assistência.

E se, ao tempo, o futebol já era o desporto rei, em particular na fase terminal da I República, outras modalidades roubavam-lhe protagonismo e têm também lugar de destaque neste livro: o boxe, o ciclismo, o automobilismo ou mesmo as touradas.

Esta obra reserva-nos ainda uma surpresa: a sua componente humana e social, já que o livro de Francisco Pinheiro e de João Nuno Coelho constitui uma sentida homenagem aos jornalistas desportivos, sobretudo ao seu contributo para o processo de reconhecimento da prática desportiva como pólo de interesse popular, mediático e financeiro, tendo ajudado a construir o desporto da era moderna. Alguns jornalistas foram verdadeiras figuras romanescas, como Armando Machado, qualificado “como o tipo perfeito e acabado de jornalista”

(p. 75); outros (a maioria), permanecem desconhecidos, de cuja memória pouco resta a não ser as frágeis e perecíveis páginas que escreveram.

Vale, pois, bem a pena ler *República, Desporto e Imprensa. O desporto na I República em 100 primeiras páginas, 1910-1926*. Uma obra que lança numerosas pistas para uma área de estudos ainda muito recente no nosso país e que tem sido um dos parentes pobres da historiografia portuguesa - a história cultural do desporto e que urge desenvolver nas suas múltiplas vertentes: económicas, políticas e financeiras. Importa avançar neste caminho seguindo o trilho aberto por Francisco Pinheiro e João Nuno Coelho...

Irene Vaquinhas

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CHSC